



## Questionário para diagnóstico da Advocacia Pública termina nesta quarta

Advogados públicos federais têm até esta quarta-feira (25/11) para responder ao [questionário](#) sobre o Diagnóstico da Advocacia Pública, que está sendo elaborado pela Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça.

O estudo tem o objetivo de apresentar um panorama da Advocacia Pública no Brasil. Os questionários começaram a ser enviados no dia 16 de novembro pela empresa Meta Pesquisa de Opinião. As perguntas, que estão sendo respondidas por e-mail, são relacionadas às atividades desenvolvidas pelos advogados públicos federais, deficiências encontradas, carências e demais informações que servirão de base para definir o novo perfil da AGU e de seus membros.

O diagnóstico das principais instituições e carreiras ligadas ao setor Jurídico tem se consolidado como relevante ferramenta para alavancar melhorias nas carreiras, de acordo com a Secretaria do Ministério da Justiça. Exemplo disso foram os 1º e 2º Diagnósticos da Defensoria Pública, também feito pelo MJ, determinantes na aprovação da Lei Orgânica da Defensoria Pública. A AGU está em vias de finalizar a elaboração da nova Lei Orgânica.

### Participação

A participação de todos os advogados públicos é considerada importante para conferir a necessária credibilidade às conclusões do estudo da Secretaria de Reforma do Judiciário e poderá dar maior legitimidade para as reivindicações de melhorias almejadas pelos advogados públicos.

A finalização do diagnóstico da Advocacia Pública também é entendida como uma excelente oportunidade de dar visibilidade às dificuldades da Advocacia Pública e à forma de como estes problemas afetam o Sistema Judiciário do país.

Os advogados públicos federais que ainda não responderam ao questionário podem acessá-lo através do site [www.diagnosticoadvocacia.com.br](http://www.diagnosticoadvocacia.com.br)

O Secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, explica que o resultado do estudo vai mostrar que a Advocacia Pública cumpre seu papel constitucional e vem mudando a cada ano. Em entrevista, ele informou que o relatório preliminar da pesquisa deve ser consolidado até fevereiro de 2010.

**Autores:** Redação Conjur